

Inconstitucionalidade da MP 185

O Procurador Geral da Assembleia Legislativa da Paraíba, Dr. Abelardo Jurema Neto, afirmou que aguardava o envio, pela mesa da Casa, do texto da MP 185 que, entre outros, revoga o artigo 8º da Lei do Subsídio.

A classe fiscal acredita que a Procuradoria embasará o seu parecer pela **inconstitucionalidade** da revogação.

Durante visitação aos gabinetes dos Deputados, a diretoria do Sindifisco-PB constatou que prevalece esse entendimento entre os parlamentares.

Contudo, os auditores fiscais estarão em plenário quando da votação da matéria para, mais uma vez, protestar contra mais esse ataque do Governo aos direitos do Fisco.

Cobrança arbitrária

Por decisão unânime, o STF manteve a suspensão da lei que instituiu a bitributação nas compras via internet na Paraíba. A votação ocorreu quinta-feira última (23).

O posicionamento do Sindifisco-PB sempre foi pelo 'princípio do destino', mas o consumidor não poder ser penalizado com a cobrança irregular. O Sindicato apóia a OAB-PB, que impetrou a ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) por entender também que a Lei é inconstitucional.

Insegurança generalizada

Um clima generalizado de insegurança toma conta do Estado, e o Governo não tem nenhuma política de segurança pública. A eficiência do aparato de segurança requer, antes de tudo, a valorização do policial, com salários dignos e investimentos na realização de cursos de aperfeiçoamento e condições materiais adequadas ao trabalho.

O Governado, que prometeu resolver todos os problemas de segurança em seis meses, até agora não disse para que veio. A Paraíba, antes segura e tranquila, atualmente ostenta o título do 6º Estado mais violento do Brasil, tendo João Pessoa perdido o título de segunda cidade mais verde do mundo para a 2ª Capital mais violenta do Brasil.

Fisco exposto...

A propósito da falta de segurança, os postos fiscais continuam sem policiamento, embora o Sindifisco-PB tenha feito diversas denúncias aos então Secretários Rubens Aquino e Luzemar Martins e, mais recentemente, ao atual secretário Marialvo Laureano, sem que nenhuma medida tenha sido tomada. Com a palavra, o atual Secretário...

Dia do Fiscal

O dia 13 de março ganhou mais um significado especial para a classe fiscal na Paraíba, que, além do aniversário de fundação do Sindifisco-PB, comemorará também o

Dia Estadual do Auditor Fiscal.

A Lei nº 9.664 instituindo a data de autoria do deputado Luciano Cartaxo, foi publicada no Diário Oficial de sexta-feira última (24).

Fórum denuncia o Governo

O Fórum dos Servidores participará, na próxima terça-feira (28), às 16h, da sessão especial na Câmara de Vereadores de Guarabira, que discutirá, entre outros pontos, a demissão de mais de 15 mil prestadores de serviço no Estado.

Já no dia 7 de março, o Fórum participará de audiência pública na Assembleia Legislativa, que discutirá a política autoritária adotada pelo governo em relação ao servidores públicos e a irresponsabilidade para com a sociedade paraibana. A propositura da sessão é do deputado Janduhy Carneiro.

Nas duas ocasiões, lideranças dos servidores também denunciarão o descaso do Governo Ricardo Coutinho, que tem adotado medidas prejudiciais tanto ao servidores quanto ao Estado, a exemplo das MPs 183 e 184, que compromete a arrecadação estadual, bem como colocar em risco o sigilo fiscal dos contribuintes.

Denúncia corrige contas do Governo

Conforme denúncia do Sindifisco-PB feita no ano passado, acolhida pelo Tribuna de Contas do Estado, os recursos referente à primeira parcela da venda da Folha de Pagamento ao Banco do Brasil foram contabilizados como receita de capital e não como receita corrente. Com essa manobra, o Governo utilizou como discurso para não implantar o reajuste dos servidores, bem como distorceu o índice de comprometimento das despesas de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida e diminuiu o valor do repasse do duodécimo dos Poderes.

O TCE obrigou o Governo a contabilizar corretamente os R\$ 110 milhões recebidos.